



Jornal Negócios

28-01-2020

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 12747

Temática: Economia

Dimensão: 2541 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/14/16

Radar África Os esqueletos guardados no armário da Sonangol

Rui Pinto assume ser o denunciante do Luanda Leaks

Sonae reforça peso na administração da operadora Nos

ECONOMIA 14 e 16, EMPRESAS 21

JUSTIÇA

Rui Pinto é o denunciante do Luanda Leaks

O hacker português, que está em prisão preventiva e acusado de 90 crimes nos “leaks” do futebol, assume ser a fonte da fuga de documentação que visou os negócios de Isabel dos Santos. Advogados voltam a exigir proteção.

ANTÓNIO LARGUESA
 alarguesa@negocios.pt

Foi mesmo Rui Pinto quem entregou a um consórcio internacional de jornalistas de investigação os mais de 715 mil documentos que ficaram conhecidos como Luanda Leaks, divulgados há uma semana por vários jornais de todo o mundo e que tinham como foco principal os esquemas financeiros que possibilitaram vários negócios da empresária angolana Isabel dos Santos.

A confirmação chegou esta segunda-feira, 27 de janeiro, num comunicado assinado por Francisco Teixeira da Mota e William Bourdon, os advogados do “hacker” natural de Vila Nova de Gaia, que está preso preventivamente em Portugal desde março de 2019 e que aguarda julgamento pelo envolvimento no caso Football Leaks, em que está acusado de 90 crimes.

“O meu maior receio neste momento é que a administração prisional tente pôr Rui Pinto num estabelecimento de alta segurança, com o pretexto de o proteger, mas efetivamente punindo-o, nomeadamente dificultando o contacto com os seus advogados e penalizando a sua defesa, quando o seu julgamento se aproxima. (...) Não creio que uma decisão deste tipo possa ter uma leitura que não seja uma retaliação ao Rui Pinto”, disse Teixeira da Mota, em declarações ao Público. No Twitter, Bourdon também pede proteção para o seu cliente.

O disco rígido contendo toda esta documentação relativa à fortuna de Isabel dos Santos e da sua



Rodrigo Antunes/EPA

Rui Pinto confirmou, através dos seus advogados, que foi ele quem denunciou o Luanda Leaks.



O meu maior receio neste momento é que a administração prisional tente pôr Rui Pinto num estabelecimento de alta segurança, com o pretexto de o proteger, mas efetivamente punindo-o, nomeadamente dificultando o contacto com os seus advogados e penalizando a sua defesa, quando o seu julgamento se aproxima.

FRANCISCO TEIXEIRA DA MOTA
 Advogado de Rui Pinto

família foi entregue no final de 2018 à chamada Plataforma para a Proteção de Whistleblowers em África (PPLAAF), por via do advogado William Bourdon, apenas algumas semanas antes da detenção de Rui Pinto na Hungria, a pedido das autoridades portuguesas.

No comunicado divulgado esta manhã, os advogados asseguram que o jovem português “entregou este disco rígido, no cumprimento do que entende ser um dever de cidadania, e sem qualquer contrapartida”, procurando “ajudar a entender operações complexas conduzidas com a cumplicidade de bancos e juristas que não só empobrecem o povo e o Estado de Angola, mas podem ter prejudicado seriamente os interesses de Portugal”.

Na quarta-feira, 22 de janeiro, a Procuradoria-Geral da República angolana anunciou que Isabel dos Santos tinha sido constituída arguida num processo em

que é acusada de má gestão e desvio de fundos da companhia petrolífera estatal Sonangol e que visa também portugueses alegadamente facilitadores dos negócios da filha do ex-presidente José Eduardo dos Santos.

Confrontado com os resultados desta investigação feita por um coletivo de jornalistas, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, respondeu apenas que “o investimento vindo desse país [Angola], como o de todos os países, é bem-vindo, naturalmente, no respeito da legalidade e constitucionalidade”.

Na sequência deste caso, o EuroBic já anunciou que a empresária vai abandonar a estrutura acionista, saindo também de forma definitiva do capital da Efacec. Os três membros não executivos do conselho de administração da Nos ligados a Isabel dos Santos anunciaram igualmente a saída da operadora de telecomunicações. ■

Justiça tem “dois pesos e duas medidas”

A ex-eurodeputada Ana Gomes criticou hoje os “dois pesos e duas medidas” da justiça portuguesa em relação a Rui Pinto, a fonte dos documentos que levaram ao Luanda Leaks, exigindo que o “hacker” tenha estatuto de denunciante. “Há dois pesos e duas medidas”, disse à Lusa Ana Gomes, considerando “completamente obsoleta a posição daqueles que no sistema judiciário [português] não querem querer conhecer a luta, que é serviço público, por parte de um denunciante que expõe criminalidade organizada”.

“Tudo está capturado por interesses. Tudo o que tem poder para dar combate à criminalidade e corrupção no sistema político, económico e social é vulnerável e está infiltrado e é isso que explica muitas outras incoerências a que temos assistido nos últimos anos em Portugal”, acusou Ana Gomes. “Bem-vindos à era digital: serve para o mal, mas também serve para combater o mal e sem dúvida de que está mais do que demonstrado aquilo que vinha há muito tempo dizendo, que Rui Pinto prestou um extraordinário serviço à luta contra a criminalidade organizada e contra a corrupção em Portugal, e para além de Portugal”, comentou ainda Ana Gomes. Rui Pinto “é um denunciante e tem de ter um estatuto de denunciante para as autoridades portuguesas”, acrescentou, considerando que o “hacker” “tem de ser aproveitado” pela justiça portuguesa para “dar combate à corrupção e criminalidade organizada, branqueamento de capitais, financiamento de terrorismo e outra criminalidade associada”.

A “justiça portuguesa tinha muitos destes dados que são públicos, designadamente desde a operação Furacão. [...] escolheu não atuar”. ■ LUSA

ECONOMIA



RADAR ÁFRICA

Rubrica semanal que se publica às terças-feiras

Os esqueletos guardados no armário da Sonangol

Isabel dos Santos ficou em xeque por causa de uma transferência feita enquanto líder da petrolífera para uma empresa detida por si. Existe, contudo, um lado B da história que envolve uma demissão no escritório da Sonangol de Londres.

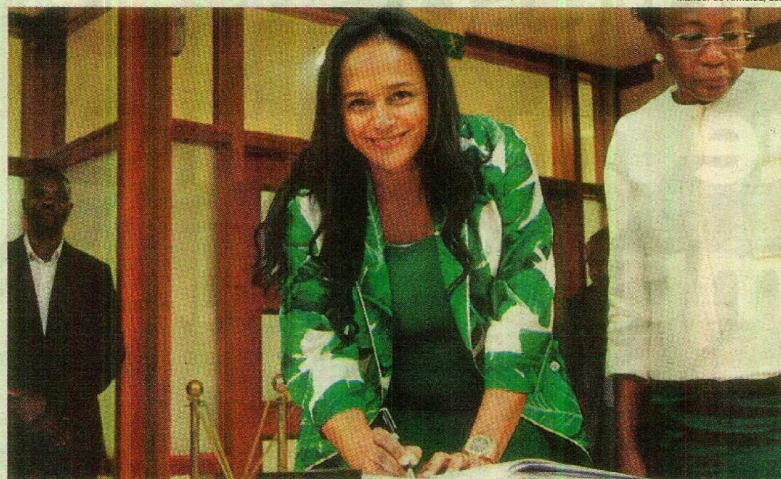
CELSO FILIPE
cfilipe@negocios.pt

Uma transferência de 115 milhões de dólares para uma empresa controlada por si, feita nas vésperas da sua demissão da presidência da Sonangol, a 15 de novembro de 2017, foi a peça de domínio que fez cair Isabel dos Santos do pedestal.

Esta é narrativa suportada pelo Luanda Leaks e o peso dos factos que atingiram a empresária como um tsunami. Ainda com as ondas de choque bem visíveis surge uma versão contra a corrente, a de que o afastamento da petrolífera angolana se deveu à circunstância de Isabel dos Santos ter decidido demitir a representante do escritório da Sonangol em Londres, Sandra Júlio, por esta não prestar esclarecimentos à administração da empresa. Pela capital inglesa passa um grande volume de vendas do petróleo e Isabel dos Santos entendia que existia informação que lhe estava a ser sonogada, desconfiando que a Sonangol estava a ser prejudicada nessa atividade de "trading".

No entendimento destes interlocutores, essa opção fez soar os alarmes em certos meios de Luanda, os quais pressionaram o Presidente João Lourenço para que demitisse Isabel dos Santos, o que efetivamente se verificou. Depois disso, no escritório de Londres, o "status quo" que a empresária quis derrubar foi restabelecido.

A gestão da Sonangol, antes



Isabel dos Santos tomou posse como presidente da Sonangol a 6 de junho de 2016.

de Isabel dos Santos, fez-se sempre numa espécie de nebulosa, o que abre espaço para a especulação e muitas dúvidas. Por exemplo, o Negócios teve acesso a documentação que mostra a criação a 20 de novembro de 2010 de uma Sonangol SA em Hong Kong, com acionistas privados,

que no mesmo dia passa a ter de Mantra Group Administration Limited, sendo que o número de registo das duas companhias é exatamente o mesmo, 1393750. Esta opção levanta uma série de interrogações, sendo que uma delas tem que ver com as motivações que levaram uma EP (empresa pública) a criar uma SA (sociedade anónima) com terceiros.

presa pública em quase todos os seus negócios multimilionários", escreveu Rafael Marques.

O nome do antigo líder da Sonangol e ex-vice-presidente do país tem estado, aliás, no centro das atenções, havendo quem sugira que está a ser protegido devido a ter optado por uma atitude de colaboração com o atual Governo.

O discurso oficial segue uma linha paralela a esta. Hélder Pitta Grós, procurador-geral da República, em entrevista ao Expresso publicada no sábado, questionado sobre se admite investigar outras figuras angolanas, Manuel Vicente e os generais Kopelipa, Leopoldino Frago do Nascimento e Francisco Miala, respondeu assim: "Sempre que tivermos factos que revelem isso instauraremos os devidos processos-crime. Em relação a essas figuras ainda não temos matéria suficiente." ■



Factos relevantes

- As últimas ações da PGR angolana indicam que está para breve a emissão de um mandado de captura contra Isabel dos Santos.
- A decisão de Isabel dos Santos de vender as posições no EuroBic e na Efaced vão deixar Portugal perante um problema com uma dupla dimensão, política, e jurídica. Os termos das relações diplomáticas voltam a ser testadas.

Denúncias antigas

Nesse ano de 2010, a 7 de maio, Rafael Marques, no site Maka Angola, sustentava que o então presidente da Sonangol, Manuel Vicente, tinha procedido em 2008 "à reestruturação das principais subsidiárias da empresa petrolífera estatal para enriquecimento pessoal". "Manuel Vicente fez negócio consigo próprio transferindo, de forma ilegal, 1% da Sonangol Holdings para o seu nome pessoal, tornando-se assim sócio formal da em-



CELSO FILIPE
Diretor adjunto
cfilipe@negocios.pt

BALANÇO E CONTAS

O EFEITO IMEDIATO DO LUANDA LEAKS

A exposição de Isabel dos Santos no chamado caso Luanda Leaks terá assustado outros poderosos angolanos que poderão ter beneficiado do de fundos do Estado. A 23 de janeiro, quando anunciou a constituição de Isabel dos Santos como arguida, o procurador-geral da República, Hélder Pitta Grós, afirmou que atualmente há mais angolanos a colaborar com a justiça e a entregar bens e ativos adquiridos com o dinheiro do Estado do que no início do processo de repatriamento de capitais desencadeado em novembro de 2018.

REPUTAÇÃO PERDIDA

Qualquer que seja o seu desfecho, o Luanda Leaks já produziu um efeito que será permanente, a destruição de reputação de Isabel dos Santos enquanto empresária. Restalhe uma retirada discreta, ou então uma carreira política destinada a limpar a sua imagem.

CLIMA DE INCERTEZA

A constituição de Isabel dos Santos como arguida e o Luanda Leaks estão a contribuir para criar um clima de incerteza em Angola junto dos agentes económicos. Há decisões de investimento que se encontram em banho-maria à espera de um desfecho do caso.

4

MILHÕES DE DÓLARES

Valor que o governo de Angola pagou a uma agência de lóbi dos EUA.